

Maior austeridade econômica em 1983

Augusto Martins

Na última segunda-feira, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas anunciou uma série de medidas com as quais o governo pretende enfrentar os graves problemas econômicos que se vislumbram para o exercício de 1983.

As sombrias perspectivas para o próximo ano se situam na dificuldade encontrada este ano no fechamento do Balanço de Pagamentos, captação de recursos externos e na inflação que não cedeu aos níveis estipulados pelas autoridades econômicas.

O problema da inflação, hoje, parece ser menos sério, uma vez que, sutilmente, tem apresentado uma tendência baixista, como pode ser confirmado pelo pequeno índice de setembro (3,7%).

Resta, portanto, o grave problema do endividamento externo, da dependência crescente do mercado financeiro internacional e, sobretudo, da fragilidade da balança comercial brasileira, que não correspondeu, em termos de superávit, ao esperado. As previsões iniciais de 3 bilhões de dólares de superávit já foram substituídas por outras mais realistas, de apenas 800 milhões de dólares.

Este valor não pôde satisfazer os mandatórios da Economia, muito menos aos credores internacionais que esperavam um desempenho melhor do comércio externo brasileiro.

O país precisa muito de superávits maiores na Balança comercial, pois só assim poderia captar dólares, sem juros, e, assim, necessitar menos de créditos externos para o fechamento do seu Balanço de Pagamentos e o consequente cumprimento de prazos nas amortizações e pagamento de serviços da dívida externa.

Se acrescentarmos a tudo isto a forte pressão externa dos banqueiros, autoridades financeiras, Fundo Monetário Internacional, bem como todos os entendimentos mantidos com as autoridades norteamericanas, veremos que não restou ao governo outra opção que não uma maior austeridade econômica para o próximo exercício.

O fato em si não causou nenhuma estranheza, pois as medidas anunciadas já eram esperadas para qualquer dia. Pelo contrário, o programa anunciado pelo ministro não tem nada de novo. Apenas apresenta objetivos mais ambiciosos que os anteriores.

No mais, austeridade econômica e restrição de importações são velhas receitas para velhos problemas, que, quando ensaiado, não trouxe muita eficiência em seus resultados globais.

O que se espera, com certa ansiedade, é que desta vez surtam os efeitos desejados.

Foi traçado como meta pelo ministro Galvêas um superávit de 5 a 6 bilhões de dólares. As perspectivas para o atingimen-

to deste objetivo não são boas. Pelo contrário, a série histórica anterior não induz, via raciocínio matemático, a este número, pelo contrário, induz a um resultado ainda mais magro que o alcançado este ano.

Via raciocínio conjuntural, é necessário uma boa dose de otimismo para se chegar a um resultado destes. É preciso acreditar muito numa recuperação econômica mundial, numa elevação substancial dos preços de nossos produtos exportáveis e numa tendência de queda dos preços do petróleo.

Se as variáveis apresentadas acima são exógenas, isto é, não dependem diretamente das medidas internas brasileiras, a única alternativa que resta ao Governo, por si só, é controlar e reduzir as importações. Necessita-se, no mínimo, de um corte da ordem de 4 bilhões de dólares nas importações.

Um corte desta magnitude muito dificilmente deixará de ter reflexos graves na economia, ao contrário do que disse o Ministro.

A pauta de importações brasileiras, há muitos anos, deixou de comportar produtos supérfluos. Hoje ela é composta basicamente de petróleo (quase 50%) e de bens de capital. Cortar 4 bilhões de dólares nas importações significa cortar parcela substancial nas importações ou de energia, ou de bens duráveis, ou, mesmo, de insumos básicos não fabricados pelo Brasil, como fertilizantes, defensivos agrícolas, vacinas, etc.

Dentro desta perspectiva, será muito difícil para o Governo compatibilizar a necessidade de gerar superávits substanciais no comércio exterior com a necessidade permanente de crescer e gerar novos empregos.

Contudo, parece existir um consenso entre as principais autoridades econômicas de que o programa não provocará uma recessão. O que ocorrerá, segundo declarações, é uma fase de "ajuste" do Balanço de Pagamentos e da economia como um todo.

É preciso, contudo, que não se esqueçam de que a economia brasileira precisa, sempre, criar mais e mais empregos que permitam a absorção de toda a população economicamente ativa, que aumenta a cada ano.

As sugestões do ministro, afinal, são interessantes: trabalhar duro, reduzir custos de produção, concentrar esforços nas exportações e falar menos. As três primeiras já estão em prática, em que pese as taxas de juros cada vez maiores. Quanto à última, torna-se difícil, pois para que a sociedade brasileira colabore cada vez mais nestes difíceis momentos que atravessamos e ainda atravessaremos é necessária que ela, a sociedade, fique cada dia mais bem informada para ter ânimo para colaborar ainda mais.